

Serviços e desenvolvimento econômico: características e condicionantes

Dimária Silva e Meirelles¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender os aspectos fundamentais das atividades de serviço e o seu papel no desenvolvimento econômico. Respondendo por mais da metade do produto interno bruto e do nível de emprego, o setor de serviços apresenta dinâmica evolutiva variada entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, diferenças estas refletidas na composição de serviços modernos e tradicionais. Em função disso, este setor tem sido objeto de fortes controvérsias teóricas em relação às suas características e o seu papel na geração de riqueza. Baseado na hipótese de que serviço é essencialmente realização de trabalho, este artigo conclui que os serviços estão potencialmente presentes em qualquer etapa dos processos econômicos e que, por isso mesmo, são parte integrante do sistema econômico, devendo ser vistos de forma endógena e integrada no processo de desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: serviços, setor terciário, desenvolvimento econômico, economia pós-industrial

ABSTRACT

The objective of this paper is to understand the fundamental aspects of the service activities and its role in the development of the economic system. Answering for more than half of the gross domestic product and employment level, the service sector presents different dynamics between developed and underdeveloped countries, differences such that reflects on the composition of modern and traditional services. In reason of that, this sector has been objective of strong controversies concerning its characteristics and its role in the wealth generation. Based on the hypothesis that service is essentially work accomplishment, this article concludes that services are potentially in all economic process, for this reason they are part of the economic system and have to be considered in an integrated manner and endogenous form in the process of economic development.

Key words: services, tertiary sector, economic development, post industrial economy

CÓDIGO JEL: O140 - INDUSTRIALIZATION; MANUFACTURING AND SERVICE INDUSTRIES; CHOICE OF TECHNOLOGY.

1. Introdução

Apesar de apresentar expressiva participação no produto interno bruto e na mão-de-obra empregada dos países em geral, o setor de serviços apresenta diferenças significativas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (ou em desenvolvimento), diferenças estas refletidas na composição interna de serviços modernos e tradicionais. Os serviços tradicionais, que empregam mão-de-obra menos qualificada e mal remunerada, ainda são responsáveis por grande parte da evolução do setor nos países

¹ Professora do Curso de Economia e do Mestrado em Administração de Empresas da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Doutora em Economia pelo Instituto de Economia/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

subdesenvolvidos. Em contrapartida, nos países desenvolvidos, os serviços modernos, com um maior conteúdo tecnológico e uma mão-de-obra mais qualificada, tendem a ser preponderantes na composição do setor.

Como explicar esta expressiva participação do setor de serviços no produto das estruturas produtivas contemporâneas? Qual a forma de integração dos serviços nos processos econômicos e as suas perspectivas de evolução? Há alguma relação da expansão do setor de serviço com o grau de desenvolvimento econômico?

Buscando encontrar respostas para estas questões, o artigo propõe identificar a forma de integração dos serviços nos processos econômicos e a sua relação com o processo de desenvolvimento econômico. Em primeiro lugar, será apresentada a evolução histórica do setor de serviços, tanto do ponto de vista da participação no produto total quanto na força de trabalho empregada. Neste resgate histórico serão utilizados dados das estatísticas oficiais e de alguns trabalhos realizados por autores que trataram empiricamente a evolução do setor de serviços, como Kuznets (1983).

Em seguida, serão apresentadas as principais interpretações teóricas a respeito da expansão do setor de serviços e a sua relação com o grau de desenvolvimento econômico, organizadas em duas grandes linhas: de um lado, os autores que identificam o setor de serviço como o principal responsável pelo processo de desenvolvimento, designando esse fenômeno sob a denominação de “Economia da Informação” ou “Economia de Serviços” ou, ainda, “Economia Pós-Industrial”; e, de outro, os autores que partem de uma visão essencialmente industrialista, cujo argumento se apóia na centralidade da indústria como propulsora e propagadora do desenvolvimento econômico. No primeiro grupo serão destacadas as visões de Daniel Bell (1973), Jacques Nusbaumer (1984) e Marshall e Wood (1995). No grupo dos industrialistas serão apresentados alguns dos principais críticos da visão pós-industrialista, quais sejam Baumol (1967), Fuchs (1968), Richard Walker (1985), Pascal Petit (1986), Cohen e Zisman (1987), entre outros.

E, por fim, será apresentada uma proposta de interpretação teórica a respeito da forma como os serviços se articulam no tecido econômico com as demais atividades, utilizando proposta conceitual de serviço desenvolvida em Meirelles (2003; 2006).

2. Características e Condicionantes da Evolução do Setor de Serviços

Conforme levantamento realizado por Kuznets (1983), a evolução histórica da participação do setor de serviços no produto nacional e na mão-de-obra empregada ao

longo dos séculos XIX e XX pode ser dividida em dois períodos distintos: entre 1800 e 1950, período em que o crescimento econômico é liderado pela indústria; e o período pós 1960, a partir do qual os serviços passam a ganhar forte expressão econômica.

No primeiro período, de 1800 a 1950, os movimentos de participação do setor de serviços no produto total das economias dos países desenvolvidos não são nem pronunciados nem coerentes, alternando intervalos de queda e de crescimento. Em média, o percentual de participação dos serviços no produto nacional destes países situou-se em torno de 30% (Tabela 1). Neste período predominaram os ganhos de participação da indústria, que inicia com uma participação entre 20% e 30% e encerra com uma participação média de 50% no produto total. A agricultura, por sua vez, apresentou uma queda sistemática, saindo de uma participação em torno de 50% e atingindo menos de 10% de participação, no final do período.

Desde meados do século XX, porém, pronunciadamente a partir da segunda metade do século, o setor de serviços iniciou uma trajetória de crescente participação no produto total das economias desenvolvidas, atingindo no final do período, uma participação média de 65% do produto total (Tabela 2). Em contrapartida, a indústria ganhou relativa estabilidade, situando-se num patamar entre 20% e 30% de participação. A agricultura, por sua vez, manteve a tendência de queda, inaugurada no século anterior, porém, verificou-se uma estabilização a partir dos anos 80, com uma participação média em torno de 3% do produto total.

A mesma evolução da participação dos serviços no produto nacional se constatou também na distribuição da força de trabalho, inclusive em níveis um pouco superiores. Até 1950, a participação do setor de serviços na força de trabalho empregada estava num patamar médio de 40%. Nos anos seguintes, o setor aumenta significativamente esta participação, chegando a responder, no final da década de 90 do século XX, por mais de 70% da força de trabalho de vários países: França, Estados Unidos, Holanda, Suécia, e Reino Unido (Tabela 3).

No balanço geral dos países desenvolvidos houve um aumento generalizado de participação do setor de serviços, tanto em termos da sua participação no produto total, quanto na força de trabalho empregada. Neste mesmo período observa-se uma mudança estrutural no setor, constatada pelo surgimento e expansão de novos segmentos de serviço. A tendência nitidamente identificável foi a redução da importância dos serviços domésticos e, em contrapartida, a ampliação dos serviços de educação, saúde e lazer (Tabela 4 e 5).

Tabela 1. Distribuição do Produto Nacional entre Três Setores Principais – 1800 a 1950(Totais Básicos a Preços Correntes)²

País	Agricultura			Indústria			Serviços		
	Part (%)			Part (%)			Part (%)		
	Início	Fim	Variação	Início	Fim	Variação	Início	Fim	Variação
Reino Unido									
Renda Nacional 1688-1770	40	45	5	21	24	3	39	31	-8
Renda Nacional 1841-1901	22	6	-16	34	40	6	44	54	10
Produto Nacional Bruto 1924-1955	4	5	1	52	56	4	44	39	-5
França									
Renda Nacional 1835-1882	50	42	-8	25	30	5	25	28	3
Produto Interno Bruto 1954-1962	12	9	-3	52	52	0	36	39	3
Alemanha									
Renda Nacional 1869-1914	32	18	-14	24	39	15	44	43	-1
Produto Interno Bruto 1936-1959									
Holanda									
Renda Nacional 1913-1938	16	7	-9	33	40	7	51	53	2
Produto Interno Bruto 1950-1962	13	9	-4	47	51	4	40	40	0
Dinamarca									
Produto Interno Líquido 1874-1909	47	29	-18	-	-	-	-	-	-
Produto Interno Líquido 1909-1952	29	19	-10	-	-	-	-	-	-
Noruega									
Produto Interno Bruto 1865-1910	34	24	-10	21	26	5	45	50	5
Produto Interno Bruto 1920-1956	24	13	-11	37	53	6	39	34	-5
Suécia									
Produto Interno Bruto 1865-1905	39	45	-4	17	38	21	44	27	-17
Produto Interno Bruto 1905-1953	35	10	-25	38	55	17	27	35	8
Itália									
Renda Nacional 1865-1900	55	47	-8	20	22	2	25	31	6
Renda Nacional 1900-1955	47	25	-22	22	48	26	31	27	-4
EUA									
Renda Nacional 1879-1928	20	12	-8	33	40	7	47	48	1
Renda Nacional 1929-1963	9	4	-5	42	43	1	49	53	4
Canadá									
Produto Nacional Bruto 1870-1920	50	26	-24	26	35	9	24	39	15
Produto Interno Bruto 1928-1963	19	7	-12	47	48	1	34	45	11
Austrália									
Produto Interno Bruto 1865-1939	22	23	1	31	33	2	47	44	-3
Japão									
Produto Interno Líquido 1882-1927	63	26	-37	16	38	22	21	36	15
Produto Interno Líquido 1950-1962	26	14	-12	39	49	10	35	37	2
URSS									
Produto Nacional Líquido 1928-1958	49	22	-27	28	58	30	23	20	-3

Fonte: Kuznets (1983)

² A agricultura inclui o cultivo agrícola, a piscicultura, a silvicultura e a caça; a indústria abrange a mineração, a manufatura, a construção, produção de luz e força, gás e água, transporte e comunicações; entre os serviços, estão incluídos os comerciais, os financeiros, pessoal, domésticos, mercantis, profissionais e governamentais.

Tabela 2 - Distribuição do Produto Nacional nos Três Setores Principais da Economia, Países Desenvolvidos (1950 a final dos anos 90)

País	Participação (%)																	
	Agricultura						Indústria						Serviços					
	1950	1960	1970	1980	1990	1996	1950	1960	1970	1980	1990	1996	1950	1960	1970	1980	1990	1996
Alemanha	4	3	2	2	2	2	26	34	37	34	31	27	55	51	51	57	62	67
Dinamarca	10	9	5	5	6	6	19	19	19	20	17	17	62	63	64	67	68	67
Espanha	17	13	8	6	5	5	12	13	20	26	25	22	66	67	64	60	62	67
Estados Unidos	6	4	3	2	3	3	22	21	22	22	21	23	57	59	62	66	68	70
França	9	8	6	4	4	4	18	20	25	25	22	21	62	61	58	62	66	68
Itália	11	9	7	5	4	4	12	14	17	22	23	22	66	62	61	62	64	65
Holanda	3	3	2	3	3	3	14	19	21	19	20	19	68	64	61	66	67	70
Suécia	7	5	4	3	3	3	19	20	25	22	21	23	63	65	62	67	68	68
Japão	16	15	5	3	2	2	12	15	22	24	27	26	60	58	59	62	61	62
Reino Unido	2	2	2	2	2	2	27	30	30	26	25	23	58	56	58	60	63	64

Fonte: Banco Mundial – World Development Indicators

* Para alguns países os dados disponíveis vão até 1994 (Espanha e Suécia), até 1995 (Dinamarca), e para outros os dados se estendem até 1997 (Alemanha) ou até 1998 (Estados Unidos e Holanda).

Tabela 3 - Distribuição da Força de Trabalho nos Três Setores Principais da Economia, Países Desenvolvidos (1950 a final da década de 90)

País	Participação (%)																	
	Agricultura						Indústria						Serviços					
	1950	1960	1970	1980	1990	1996	1950	1960	1970	1980	1990	1996	1950	1960	1970	1980	1990	1996
Alemanha	24	14	9	5	3	3	32	37	38	34	31	26	34	39	43	52	58	64
Dinamarca	26	20	11	8	5	5	24	26	24	20	20	19	42	46	54	64	68	69
Espanha	47	40	28	17	11	8	16	19	23	26	22	20	31	33	40	47	58	63
Estados Unidos	11	7	4	3	3	3	25	24	23	19	15	14	57	63	67	71	76	78
França	24	21	13	8	6	4	25	25	26	25	20	18	42	44	50	57	66	71
Itália	45	33	19	14	10	8	18	20	24	24	20	18	29	36	44	51	62	65
Holanda	14	10	5	5	5	4	28	29	28	21	18	15	49	51	56	64	70	75
Suécia	23	15	8	5	4	4	29	29	28	24	21	19	40	46	54	63	69	72
Japão	43	33	20	13	9	8	18	22	27	24	23	21	32	37	45	53	58	60
Reino Unido	6	5	3	3	2	2	34	35	34	28	20	19	50	51	55	62	70	74

Fonte: Banco Mundial – World Development Indicators

* Para alguns países os dados disponíveis vão até 1994 (Espanha e Suécia), até 1995 (Dinamarca), e para outros os dados se estendem até 1997 (Alemanha) ou até 1998 (Estados Unidos e Holanda).

Conforme se observa na Tabela 4, entre 1800 e 1950, a distribuição da força de trabalho se concentrava nos segmentos de serviços privados (domésticos e pessoais), empregando em média 50% da mão-de-obra total do setor – sendo que em alguns países esta participação era superior a 70%. A partir de 1950, são os serviços sociais (como educação e saúde) e serviços governamentais que passam a responder por mais da metade da mão-de-obra empregada no setor (tabelas 6).

Tabela 4. Distribuição da Força de Trabalho nas Subatividades de Serviço (%), Países Seleccionados, Períodos Longos

País	Participação no total do setor de serviços (%)					Participação do setor no total relativo a todo o país (%)
	Negócios ou Comércio	Serviços de manutenção de moradia	Serviços Domésticos	Outros serviços privados	Serviços Governamentais	
Grã-Bretanha						
1841	31		59		10	34
1901	37		42		21	37
1921	36		35		29	38
1951	37		25		38	38
França						
1911	43		38		19	27
1951	51		49		-	33
Suíça						
1880	26		74			19
1910	29		71			24
1941	33		67			31
Dinamarca						
1911	39		54		7	30
1952	41		59			36
Noruega						
1875	25		75			18
1910	35		65			21
1950	40		60			27
Suécia						
1910	29		60		11	23
1950	43		57			31
EUA						
1870	34		62		4	19
1910	40		54		6	27
1950	45		35		21	43
Canadá						
1901	39		57		4	23
1951	44		56			37
Austrália						
1891	37		63			31
1947	45		39		16	35
Japão						
1872	58		42			9
1925	55		45			24
1950	49		35		16	25
1960	54		37		9	32

Fonte: Kuznets (1983)

Tabela 5– Participação das Subatividades de Serviço no Produto Nacional (%), Países Desenvolvidos (1950 a final da década de 1990)

País	Comercio Varejista e Atacadista						Transporte e Comunicação						Serviços Financ. Emobiliários						Serviços Soc. Com.e Pessoais						Serviços Governamentais					
	1950	1960	1970	1980	1990	1996	1950	1960	1970	1980	1990	1996	1950	1960	1970	1980	1990	1996	1950	1960	1970	1980	1990	1996	1950	1960	1970	1980	1990	1996
Alemanha	9	9	9	9	9	9	6	5	5	6	6	7	8	9	10	12	14	15	12	12	11	13	17	21	19	14	13	14	13	13
Dinamarca	12	13	13	13	13	13	10	11	9	8	9	11	9	10	14	16	17	15	14	11	8	7	6	6	17	17	18	22	21	20
Espanha	19	19	17	14	13	13	3	3	4	5	5	6	17	17	18	17	17	15	15	14	13	11	11	11	10	13	10	10	12	12
EUA	14	13	14	15	17	20	6	5	5	6	6	7	10	12	13	15	15	14	12	12	13	14	16	16	14	14	14	12	11	9
França	11	13	13	13	13	12	5	5	5	6	8	8	13	13	15	18	19	20	7	7	6	7	8	8	26	22	18	17	16	17
Itália	13	15	19	19	19	19	5	6	6	7	8	10	12	11	10	11	11	12	12	9	9	10	11	12	21	17	13	12	11	10
Holanda	18	17	16	16	17	17	5	7	7	7	8	9	6	9	12	13	16	19	21	15	11	14	12	11	16	16	13	13	12	11
Suécia	10	10	11	11	11	11	4	4	4	5	7	6	18	20	18	19	20	21	11	9	6	5	5	5	20	20	21	24	23	21
Japão	4	6	10	14	13	12	5	7	8	7	6	6	20	18	16	20	21	23	12	10	12	10	11	11	17	14	10	9	7	7
R. Unido	14	15	14	13	14	14	6	6	7	7	8	8	12	12	13	16	20	21	4	4	4	4	5	5	20	17	18	17	14	13

Fonte: Banco Mundial – *World Development Indicators*

* Para alguns países os dados disponíveis vão até 1994 (Espanha e Suécia), até 1995 (Dinamarca), e para outros os dados se estendem até 1997 (Alemanha) ou até 1998 (Estados Unidos e Holanda).

Tabela 6 – Distribuição da Força de Trabalho nas Subatividades de Serviço (%), Países Desenvolvidos (1950 a final da década de 1990)

País	Comercio Varejista e Atacadista						Transporte e Comunicação						Serviços Financeiros e Imobiliários						Serviços Sociais, Comunitários e Pessoais						Serviços Governamentais					
	1950	1960	1970	1980	1990	1996	1950	1960	1970	1980	1990	1996	1950	1960	1970	1980	1990	1996	1950	1960	1970	1980	1990	1996	1950	1960	1970	1980	1990	1996
Alemanha	31	33	30	25	23	22	14	15	12	11	10	8	3	4	5	5	6	5	20	20	21	23	27	32	31	29	32	35	34	32
Dinamarca	32	31	27	19	16	16	16	16	13	11	11	10	10	9	10	12	15	15	21	19	15	13	13	14	22	26	35	44	45	45
Espanha	21	25	22	31	28	27	13	15	14	12	10	9	4	4	4	8	9	9	39	31	34	26	28	29	23	25	25	22	26	26
Estados Unidos	34	31	30	30	29	28	11	8	7	6	5	6	6	7	7	8	8	7	25	26	27	30	35	39	25	27	29	26	23	20
França	25	26	26	25	22	20	11	11	10	10	9	8	10	10	12	14	16	16	10	11	12	13	15	15	44	42	40	39	38	40
Itália	37	41	40	37	35	35	12	11	12	11	11	10	2	2	2	3	3	3	17	16	13	16	21	23	32	30	32	33	30	30
Holanda	32	32	36	29	27	27	16	15	12	10	9	8	7	11	16	16	20	24	22	17	14	21	22	23	23	24	22	24	22	17
Suécia	25	32	27	22	21	20	19	14	11	10	10	10	5	7	9	9	12	13	22	19	15	11	10	12	29	29	38	48	47	46
Japão	35	38	36	34	31	29	15	13	12	11	10	10	5	5	7	8	8	7	28	26	29	31	37	38	17	17	16	17	14	16
Reino Unido	32	35	31	32	28	28	15	13	12	10	8	7	7	8	9	12	17	18	16	15	14	11	17	19	30	30	34	35	30	28

Fonte: Banco Mundial – *World Development Indicators*

* Para alguns países os dados disponíveis vão até 1994 (Espanha e Suécia), até 1995 (Dinamarca), e para outros os dados se estendem até 1997 (Alemanha) ou até 1998 (Estados Unidos e Holanda).

É importante notar que a evolução da participação dos segmentos de serviço na força de trabalho empregada não necessariamente acompanhou a evolução na participação no produto. A participação do produto do segmento de comércio (varejista e atacadista) no produto total dos países desenvolvidos se manteve praticamente estável, de uma média de 13% em 1950 para uma média de 14% no final dos anos 90. Em contrapartida, com exceção da Dinamarca, houve um aumento generalizado de participação da força de trabalho empregada, de uma média de 12% para 17% (tabela 6). Neste sentido, de acordo com o indicador de produtividade aparente, pode-se afirmar que ocorreu uma perda relativa de produtividade neste segmento, tendo em vista que o ganho de participação de produto foi inferior ao ganho de participação de emprego.

A participação da força de trabalho empregada nos serviços de transporte e comunicação, na grande maioria dos países selecionados, se manteve constante ao longo da segunda metade do século XX, em torno de 6%. Em contrapartida, a participação no produto elevou-se de uma média de 6% para 8%. Neste caso é possível afirmar que houve um ganho aparente de produtividade.

Já nos serviços imobiliários e financeiros houve um aumento significativo de participação tanto da força de trabalho empregada quanto do produto. Enquanto em 1950 este segmento respondia por apenas 2% em média da força de trabalho empregada, no final da década de 90 a participação sobe para 8%. Do mesmo modo, a participação no produto total do setor sobe de uma média de 13% em 1950 para 18% no final dos anos noventa. Neste caso, não se pode afirmar que ocorreu perda de produtividade, tendo em vista o expressivo aumento tanto do emprego quanto do produto.

Nos serviços sociais, comunitários e pessoais, verificou-se um expressivo aumento de participação da força de trabalho empregada em grande parte dos países selecionados. Como se observa na tabela 6, em 1950 os serviços sociais, comunitários e pessoais eram responsáveis por 9% em média do total de trabalhadores empregados; no final da década de 90, esta participação sobe para uma média de 16%. Entretanto, este aumento se deveu mais às características técnicas e organizacionais deste segmento, o qual demanda o uso de um maior número de recursos humanos e um atendimento personalizado, do que a um crescimento do próprio segmento. Conforme se observa na tabela 5, o produto destes serviços apresentou, de um modo geral (com exceção da Alemanha, França e Estados Unidos), uma participação praticamente constante ao longo do período - de uma média de 12% em 1950 para 11% no final da década de 90.

Este mesmo movimento ocorreu nos serviços governamentais. Enquanto em 1950 estes serviços respondiam, em média, por 11% da força de trabalho empregada no setor de serviços, no final da década de 90 eles passaram a responder, em média, por 20%. Por outro lado, com exceção de alguns

países, verificou-se uma queda acentuada de participação do produto destes serviços no produto total - de uma participação média de 18% em 1950 para uma média de 13%, no final da década de 90.

A combinação de um aumento da demanda por novos e ampliados serviços, muitos dos quais intensivos em mão-de-obra, com uma baixa produtividade e um baixo valor nominal, é a principal explicação para a diferença ou o descompasso entre força de trabalho empregada e participação no produto total do setor de serviços nas economias contemporâneas. Esta diferença será a base da controvérsia entre autores industrialistas e pós-industrialistas apresentada no próximo item.

3. Características e condicionantes da evolução do setor de serviço: a controvérsia entre industrialistas e pós-industrialistas

De um modo geral, verifica-se que a participação do setor de serviços no produto total dos países subdesenvolvidos é bastante próxima à dos países desenvolvidos (em torno de 60%). Entretanto, apesar do alto índice de participação do setor no PIB, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, a composição do setor, as características técnicas e o tipo de mão-de-obra empregada variam significativamente entre países.

Mesmo considerando a importância dos fatores institucionais e culturais³, verifica-se que o principal fator definidor das diferenças de desempenho do setor de serviços entre os países ainda continua sendo o *ritmo de crescimento* e o *nível de produtividade* dos segmentos modernos e tradicionais que o compõem, os quais são definidos, principalmente, pelo nível de renda e pelo nível de desenvolvimento tecnológico. Ou seja, fatores relacionados, sobretudo, ao grau de desenvolvimento econômico. É nesta dimensão que residem as diferenças significativas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento, no que se refere às características estruturais do setor.

Comparando os dados dos países da América Latina e Caribe (Tabela 7) com os dados de países desenvolvidos não é possível identificar diferenças significativas entre estes grupos de países no que se refere à participação dos diversos segmentos de serviços no produto total⁴. É interessante, contudo,

³ Em estudo realizado pela OCDE (*Employment Outlook*, 2000) as diferenças em relação ao tamanho e à composição do emprego no setor de serviços permanecem mesmo quando se consideram semelhantes *níveis de renda* e de *desenvolvimento tecnológico*. Estas diferenças se devem a uma série de fatores, de ordem institucional e cultural; sobretudo, no que se refere à participação da mão de obra feminina e às políticas de bem-estar social, comercial e regulatória. Nos países onde a mão-de-obra feminina tem alta participação e as políticas de bem-estar social são mais ativas, há um maior emprego nos serviços sociais. Nos países escandinavos, na Bélgica e na França, por exemplo, em que as políticas de bem-estar social são muito ativas, os serviços sociais respondem por cerca de 30% do emprego total, em contraste à média de 24% do conjunto dos países da OCDE.

⁴ O critério de classificação e agrupamento dos serviços tal como proposto pelo padrão ISIC (*International Standard Industrial Classification*) dificulta a identificação das diferenças técnicas e econômicas de desempenho destes serviços, diferenças estas que são importantes indicadores do grau de desenvolvimento do setor. Para uma discussão detalhada dos critérios de classificação das atividades de serviço nas estatísticas oficiais ver Meirelles (2003).

notar que no grupo de serviços sociais, comunitários e pessoais há uma diferença significativa de participação no produto nacional, entre estes grupos de países. Enquanto nos países desenvolvidos estes serviços respondem por 10%, em média, do produto total, nos países da América Latina e Caribe esta participação sobe para uma média de 21%. Esta participação mais expressiva tem uma forte contribuição dos serviços pessoais que, em geral, são serviços de baixo valor nominal e empregam uma mão-de-obra menos qualificada.

Tabela 7. América Latina e Caribe: Produto Interno Bruto por Classe de Atividade (%), a preços correntes de mercado.

Classe de Atividade	1980	1985	1990	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Agricultura, caça, pesca e sicultura	9	11	8	7	8	7	7	7	7	6	6
Mineração	5	5	4	2	2	2	3	2	2	3	4
Indústria Manufatureira	26	27	22	21	20	19	19	19	18	18	18
Eleticidade, gás e água	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Construção	7	5	5	6	6	6	6	7	7	6	6
Comércio Varejista e Atacadista, restaurantes e hotéis	17	18	15	15	14	13	13	13	13	14	14
Transportes, Armazenamento e Comunicação	6	6	6	7	7	6	6	7	7	8	8
Serviços Financeiros, Seguros, Serviços Imobiliários e Serviços Comerciais	13	12	16	22	17	16	17	18	17	16	15
Serviços Sociais, Comunitários e Pessoais	18	17	5	21	21	21	21	19	20	20	21
Serviços Governamentais	6	7	20	7	7	8	8	8	8	7	7
Total PIB	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Cepal – Comissão de Estudos para a América Latina

Em função desta heterogeneidade das estruturas produtivas do setor de serviços verificam-se distintas interpretações acerca do seu papel no desenvolvimento econômico. De um lado, a visão pós-industrialista enfatiza o papel ativo e indutor dos serviços no desenvolvimento econômico, principalmente através da capacidade de agregar conhecimento e promover a inovação tecnológica. E, de outro, a visão industrialista defende que o processo de desenvolvimento econômico ainda é ditado pela dinâmica da indústria, sendo o setor de serviços um coadjuvante deste processo.

3.1. A visão pós-industrialista

Os autores precursores da visão pós-industrialista são Touraine (1969) e Bell (1973). Suas obras emergiram num período em que apenas os Estados Unidos se destacavam com o peso crescente do setor de serviços na composição do PIB. Segundo estes autores, as mudanças tecnológicas que marcam este período da história do moderno desenvolvimento econômico são advindas, fundamentalmente, do uso e dos avanços ocorridos no âmbito do capital humano/intelectual. Os detentores ou gestores do capital humano (pesquisadores, educadores, cientistas, dentre outros), através da pesquisa e do desenvolvimento de novos produtos ou da gestão e organização do conhecimento, são os agentes do

processo de inovação e difusão do conhecimento e da tecnologia em geral e, por conseguinte, do próprio processo de desenvolvimento econômico.

A visão pós-industrialista está fortemente alicerçada na interpretação dos estágios de crescimento econômico preconizada por Fischer (1939). O desenvolvimento visualizado em estágios de sucessão setorial das atividades agrícolas para industriais, e destas para as atividades terciárias, promove a idéia de que se estaria passando por uma transição da economia industrial para a economia de serviços. Por estar baseada no conhecimento e na informação, a economia pós-industrial representaria o estágio mais elevado de desenvolvimento econômico⁵. Conforme descrito por Nusbaumer (1984), o curso do processo histórico de transformação progressiva das economias modernas em sociedades da informação inicia-se com o processo de industrialização, seguido de uma fase de capitalização da produção e de exploração de economias de escala, em que se processam grandes aportes de capital para a expansão da produção e a procura de ampliação dos mercados. A partir desta ampliação inaugura-se uma nova fase em que se busca melhorar a relação entre produtores e consumidores, onde se desenvolvem as atividades de serviços. Por último, a necessidade de comunicação e de integração entre produtores e consumidores inaugura a sociedade da informação.

O elemento fundamental da economia pós-industrial, portanto, que a distingue das demais (industrial e agrária), é o domínio do capital intelectual (Bell, 1973), ou do capital humano (Nusbaumer, 1984), ou, ainda, da expertise (Marshall & Wood, 1995). Sendo o capital humano o meio e a essência dos serviços, não se pode atribuir um papel passivo (ou isolado) aos serviços no desenvolvimento dos processos produtivos. Nestas interpretações, o setor de serviços tem exercido um papel fundamental no avanço e no desenvolvimento da produção de bens e mercadorias em geral, pois o desenvolvimento tecnológico evolui, sobretudo, em virtude da crescente importância desempenhada pelos recursos humanos altamente qualificados, dotados de uma *expertise*, como empiricamente registrado pelo crescimento dos serviços de pesquisa e consultoria tecnológica especializada⁶.

O papel central do conhecimento teórico e científico define que a natureza das relações de produção, relações de trabalho e relações de troca, estabelecidas na economia pós-industrial, ou economia da informação, seja fundamentalmente distinta das demais economias, configurando, dessa forma, uma nova estrutura sócio-econômica. As relações de produção e de troca estão baseadas num “produto” intangível (informação e conhecimento). Não se produz e consome conhecimento (ou

⁵ “The concept ‘post-industrial’ is counterposed to that of ‘pre-industrial’ and ‘industrial’. A pre-industrial sector is primarily extractive, its economy based on agriculture, mining, fishing, timber and other resources such as natural gas or oil. An industrial sector is primarily fabricating, using energy and machine technology, for the manufacture of goods. A post-industrial sector is one of processing in which telecommunications and computers are strategic for the exchange of information and knowledge” (Bell, D 1973 p. 07).

⁶ Marshall, J. N. & Wood, P.A, 1995, p. 71

informação) como uma mercadoria, de forma discreta e armazenável (no tempo e no espaço). Além de intangível, o conhecimento não é perfeitamente divisível e apresenta uma natureza essencialmente social, de uso coletivo. Estas duas características, em conjunto, acarretam sérios problemas de propriedade, seja do produto do trabalho ou dos meios de produção. Neste sentido, a criação de valor afasta-se do eixo-base de uma relação de exploração do trabalho, tal como concebido por Marx, passando a assumir dimensões complexas, dado que a geração do conhecimento, associada ao trabalho, não está isenta de dimensões de autonomia, não sub-suníveis diretamente pelo capital⁷.

O automatismo, a subordinação e as relações de conflito da economia industrial dão lugar a relações personalizadas, baseadas no diálogo e no acordo. Nesse sentido, o desenvolvimento do setor de serviços é parte de um processo amplo de reestruturação econômica e social. Por esse conjunto de razões, a sociedade pós-industrial merece ser abordada sob uma perspectiva analítica, fundamentalmente diferente da sociedade industrial⁸.

Na visão de Nusbaumer (1984) são três os postulados da economia pós-industrial. O primeiro é o trabalho como atividade cultural, baseado num conhecimento acumulado, seja ele um trabalho realizado por ‘trabalhadores’ ou ‘inativos’, remunerado monetariamente ou não. O segundo postulado é a função elementar da comunicação e da informação na determinação do valor do serviço, pois a informação é o meio e a finalidade dos serviços. E o terceiro postulado é a complementaridade entre serviços e bens, entre trabalho manual e trabalho intelectual, i.e., entre o material e o *logiciel*.

O conceito de trabalho cultural de Nusbaumer é uma proposta que se insere na perspectiva ampla do processo de realização de trabalho e de agregação de valor que se instaura com a economia da informação. Um conceito, cujo intuito é refletir as especificidades da economia pós-industrial, em que o conhecimento é a base para a geração de valor, independentemente de se o trabalho está relacionado à produção de bens ou de serviços. Por estar baseado no conhecimento e na informação, a lógica de definição do valor de um serviço é a da qualidade e não a da quantidade: ou seja, não segue a lógica de avaliação e quantificação em bases materiais. Não é possível avaliar quantitativamente o conhecimento aplicado; dada a sua natureza indivisível, inexistem possibilidades de definir uma unidade de medida para tal. O conhecimento é um insumo “coletivo”, gerado e distribuído de forma coletiva, residindo, neste atributo, as dificuldades de sua apropriação. Através da agregação e difusão de conhecimento, os serviços desempenham um papel complementar em todo processo produtivo. Portanto, o valor de um

⁷ Bell, D., 1973 p.07 e 08.

⁸ Nusbaumer, J., 1984 p. 44.

serviço deve ser avaliado também a partir do seu papel complementar na agregação de valor aos bens e produtos aos quais está relacionado, ou seja, a partir das externalidades geradas⁹.

Na visão de Nusbaumer, quando se considera o valor de um serviço sob esta ótica, qual seja, a partir das externalidades geradas, percebe-se a intrincada relação entre bens e serviços. As externalidades geradas pelos serviços representam, em geral, redução de custos dos bens aos quais estão relacionados, contribuindo para aumentar a produtividade dos processos produtivos. Nesta perspectiva, a produtividade dos serviços também não pode ser avaliada de maneira isolada, uma vez que há de se considerar os efeitos do valor agregado pelos serviços sobre a redução de custos dos produtos e processos aos quais estão relacionados¹⁰.

Enfim, segundo Nusbaumer, a sociedade da informação é a síntese entre a ação e o conhecimento; dessa relação se origina a complementaridade e a indissociabilidade entre bens e serviços. Neste sentido, não cabe a distinção simplista entre trabalho manual e trabalho intelectual, pois o processo de produção envolve variedade de combinações e arranjos entre ambos. É sempre uma produção consubstanciada em conhecimento, ou seja, no trabalho manual também há conhecimento. Portanto, é difícil dissociar o que é manual do que é essencialmente intelectual, o que é material do que é intangível.

3.2 A visão industrialista

Na visão industrialista, aqui representada por Baumol (1967), Fuchs (1968), Walker (1985), Petit (1986), Cohen e Zisman (1987), os condicionantes do desenvolvimento econômico não estão associados ao setor de serviços, mas sim ao processo de evolução da indústria. Para a maior parte destes autores, o setor de serviços não só funciona a reboque do setor industrial como apresenta características que tornam a sua dinâmica insuficiente para liderar o processo de crescimento. Nesta perspectiva, os serviços crescem por uma questão essencialmente de defasagem de produtividade. Como é um setor que apresenta alto índice de empregabilidade, a sua expansão necessariamente requer um volume de mão-de-obra empregada maior que o necessário na indústria.

A visão de Baumol (1967; 1985) a respeito da dinâmica do setor de serviços está baseada numa perspectiva que enfatiza o conteúdo tecnológico e de capital das atividades econômicas. Quanto maior o conteúdo tecnológico e de capital, maior o grau de inovação e desenvolvimento tecnológico e, portanto, maior é o nível de produtividade, que resultam ou caracterizam as atividades produtivas. Nesta linha de abordagem, os serviços são classificados em dois grupos: “estagnantes” ou

⁹ Nusbaumer, J., 1984 p.63.

¹⁰ Nusbaumer, J., 1984 p.65.

“progressivos”. Os serviços progressivos são aqueles intensivos em capital e de alto conteúdo tecnológico, com pouco contato entre produtores e consumidores. Já os serviços estagnantes são tecnologicamente inelásticos, intensivos em trabalho humano, e baseados em relações interpessoais. Dado que as qualidades “estagnantes” se “enquadram” na maioria dos serviços, infere-se, portanto, que os serviços são intrinsecamente estagnantes. Na leitura de Baumol, como o nível de salários geral da economia tende a se uniformizar, as atividades de serviços acabam incorporando aumentos de salários, sem necessariamente ter gerado aumento de produtividade. Com custos mais elevados de mão-de-obra, os serviços, por conseguinte, tendem a aumentar a participação no PIB a preços correntes. Nesse sentido, o autor associa aos serviços uma qualidade funcional negativa no sistema econômico, pois a dificuldade de incorporar avanços tecnológicos no setor restringe o crescimento econômico e aumenta os custos com mão-de-obra.

Também na linha da defasagem de produtividade, Fuchs (1968), se apoiando em levantamento empírico realizado nos Estados Unidos, no período entre 1929 e 1963, demonstra que a elasticidade-renda dos serviços era pouco superior à elasticidade-renda dos demais produtos, contrariando a hipótese de Fischer (1939) e Clark (1940), que atribuíram aos serviços a qualidade de bens superiores, isto é, altamente sensíveis ao aumento de renda, o que justificaria a expansão do setor. Em função dos resultados encontrados, Fuchs defende que o crescimento do emprego no setor de serviços se deve fundamentalmente à defasagem de produtividade em relação aos setores produtores de bens.

Partindo de uma perspectiva marxista de análise, Walker (1985) atribui a importância secundária do setor de serviços na dinâmica econômica ao fato de que os serviços são atividades intangíveis e, portanto, dependentes da produção de bens e de produtos concretos para a sua existência e reprodução. Neste sentido, são atividades de “trabalho indireto”, seu processo de valorização depende do processo de valorização do capital industrial. A presença cada vez maior dos serviços em todas as etapas do processo produtivo é vista como resultado do aprofundamento e da sofisticação do processo de divisão do trabalho e de especialização de funções ocorridos no âmbito da produção manufatureira. Em consequência, a importância que se tem dado ao setor de serviços é exagerada porque, sendo os serviços dependentes do processo de produção de bens e mercadorias em geral, seu crescimento está associado à evolução da indústria e não a uma dinâmica própria do setor, sendo incapaz de liderar o avanço econômico¹¹.

Adotando uma classificação dos serviços de acordo com o uso, i.e., serviços intermediários (destinados para as atividades produtivas) e serviços finais (destinados para o consumo final),

¹¹ Marx, K. 1982: p. 278

Gershuny (1987) também defende a tese da relação dinâmica de subordinação direta dos serviços à indústria. Na sua interpretação, os serviços intermediários, sempre associados às atividades de produção e transformação, apresentam uma dinâmica muito mais intensa que a verificada nos serviços finais, por estar determinada pelo aumento da especialização e o avanço do processo de divisão do trabalho na indústria. Já nos serviços de uso final, a demanda é definida principalmente por variáveis convencionais do processo de crescimento econômico: i) a evolução demográfica; ii) o grau de urbanização das sociedades; e iii) os hábitos de consumo individuais. Ou seja, variáveis pouco dinâmicas, que evoluem lentamente ao longo do tempo.

Com base nesta mesma classificação por uso dos serviços, Petit (1986) também procura identificar as limitações de expansão e desenvolvimento em cada um destes ramos de serviço. Na visão do autor, a expansão dos serviços intermediários depende não só do surgimento de novas tarefas na organização da produção, como também do surgimento de oportunidades de externalização destas novas tarefas. A externalização de funções não é uma questão só de organização industrial, i.e., decorrente das complementaridades técnicas e economias de escala, mas também uma questão institucional e contratual, mais especificamente relacionada à forma de organização do trabalho e às relações contratuais estabelecidas entre os vários agentes ao longo da cadeia produtiva. Nesta perspectiva, a expansão dos serviços para as firmas é resultado, tanto do desenvolvimento e avanço na criação e oferta de novos serviços, quanto da difusão de práticas modernas de gerenciamento e administração baseadas na flexibilidade operacional e administrativa, que estimulam a externalização de funções de serviço.

Na interpretação de Petit, não é possível identificar seguramente qual é a extensão e a profundidade que estas medidas de reestruturação adotadas dão às empresas para a conquista e a expansão de novos mercados e, por conseguinte, para a expansão dos serviços intermediários. Considerando que grande parte das empresas, tanto grandes quanto pequenas e médias empresas, já se ajustaram ao novo modelo organizacional, a expansão dos serviços intermediários parece ser apenas um estágio do processo de evolução da organização da produção¹².

Ao contrário dos serviços intermediários, que dependem de variáveis relacionadas à competitividade das firmas e à reorganização das atividades produtivas, os serviços finais, por sua vez, dependem fundamentalmente da distribuição dos serviços em atividades orientadas ao usuário, remuneradas monetariamente ou não. O modo como esta distribuição evolui ao longo do tempo é que define o potencial de crescimento da demanda por estes serviços, ou seja, é um crescimento

¹² Petit, P. 1986 pg. 165

essencialmente autônomo, pouco sensível às variações na renda. No caso dos serviços pessoais, há um limite natural imposto pelas necessidades de consumo. Neste sentido, não existe uma relação direta entre as variações no nível de renda e a demanda por serviços pessoais. Na verdade, o aumento da renda é acompanhado em geral por um aumento nos salários e, por conseguinte, sobre o nível de preços dos serviços, o que reduz o impacto positivo do aumento da renda sobre a demanda por estes serviços¹³. Este aumento dos preços dos serviços, por seu turno, estimula a substituição de serviços por bens. Entre as décadas de 60 e 70 do século XX, por exemplo, com a oferta de bens duráveis (eletrodomésticos e automóveis), ocorreu uma grande substituição de serviços domésticos e pessoais por estes bens – houve, é claro, um crescimento dos serviços relacionados à aquisição, transferência e manutenção destes bens; porém, esse crescimento não foi suficiente para compensar a redução dos serviços pessoais¹⁴.

A partir da década de 70, a busca pela diferenciação e pela qualificação através da educação, e a ação mais direta do Governo na provisão dos serviços sociais, fizeram com que os serviços de educação e saúde se tornassem os principais responsáveis pela expansão dos serviços finais. Mas, a crise do Estado do bem-estar social (*welfare state*) provocou a redução do ritmo de crescimento destes serviços. Desse modo, na visão de Petit, a demanda por serviços finais apresenta fortes restrições de crescimento, seja porque há um limite natural de expansão da demanda por serviços pessoais, seja porque o Estado já não tem condições de manter o ritmo de crescimento dos serviços governamentais¹⁵. Portanto, a demanda por serviços não sinaliza fortes tendências de crescimento, seja nos serviços intermediários, seja nos serviços finais. Não se visualiza perspectiva de aumento da demanda nem a partir das exportações, tendo em vista as limitações naturais de comercialização, dadas pelo caráter *non-tradeable* dos serviços, e pelas dificuldades de liberalização do comércio internacional de serviços.

A dinâmica das atividades de serviços parece, então, estar relacionada às condições de oferta, mais especificamente às condições de emprego. Segundo Petit, a expansão do setor de serviços, sobretudo na década de 70, período de forte retração econômica nas economias desenvolvidas, pode ser atribuída, em grande parte, à sua natureza de grande empregador e absorvedor de mão-de-obra excedente, expulsa dos demais setores.

¹³ Por esse motivo, segundo Petit, a Curva de Engel não é um bom método de avaliação da evolução dos serviços finais, conforme proposto por alguns autores de viés pós-industrial.

¹⁴ Todavia, Petit chama a atenção para o fato de que o processo de substituição dos serviços por bens não necessariamente implica numa tendência de redução dos serviços na economia. Neste ponto da análise, o autor se refere especificamente à visão de Gershuny e Miles (1983), os quais relacionam o surgimento de uma economia de auto-serviços (*self service*) à difusão de bens duráveis.

¹⁵ Petit, P. 1986 pg. 165.

De acordo com o autor, o emprego no setor de serviços é menos sensível às variações no nível da atividade econômica. Neste sentido, verifica-se uma relação entre o emprego no setor e o mercado local de trabalho, de natureza dual. Em períodos de excesso de oferta de trabalho, estas atividades absorvem o excesso de mão-de-obra, e em períodos de excesso de demanda por trabalho elas se ajustam a um nível mais baixo de emprego. Esta natureza dual, por sua vez, está relacionada a dois fatores: a organização do trabalho e a determinação dos preços no setor de serviços. De um lado, a organização do trabalho nas atividades de serviço é mais flexível, apresentando uma participação de empregos autônomos e de tempo parcial, significativamente maior do que ocorre na indústria. De outro, nas atividades de serviços se cria uma interdependência entre a natureza do produto e a natureza das condições de produção. Em geral, é necessário que prestadores e usuários estejam próximos para a realização do serviço, o que confere a estas atividades uma natureza de monopólio local. A natureza de monopólio local das atividades de serviços proporciona, por sua vez, uma certa estabilidade nos preços, de forma que as oscilações no nível da demanda não afetam as condições de oferta. Além disso, os gastos com mão-de-obra funcionam como custos fixos nas atividades de serviço. Neste sentido, as variações na oferta de trabalho e nos salários não têm um efeito direto sobre os preços como acontece na indústria manufatureira¹⁶.

Finalmente, segundo Petit, as inovações tecnológicas no âmbito das atividades de informática e de telecomunicações têm exercido um impacto bem menor que o esperado no nível de emprego no setor terciário. A experiência tem revelado que a adoção destas inovações é lenta. Na verdade, as decisões organizacionais são mais importantes sobre as alterações de emprego que as inovações propriamente ditas. Em síntese, nem pelo lado da demanda, através do aumento crescente do consumo de serviços, nem pela ótica da oferta, através da oferta crescente de emprego, espera-se uma dinâmica do setor de serviços capaz de sustentar o crescimento econômico. Ou seja, o setor não apresenta condicionantes que sinalizem para uma possível substituição da “economia industrial” pela “economia de serviços”.

Autores como Cohen e Zisman (1987), baseados numa perspectiva neoschumpeteriana do processo de inovação e difusão tecnológica, elaboram uma argumentação também bastante crítica do conceito de economia pós-industrial. Na interpretação destes autores, as tendências tecnológicas

¹⁶ Todavia, o autor chama atenção para o fato que em países com um mercado de trabalho fortemente regulado, em termos de piso salarial e inflexibilidade nas horas trabalhadas, as condições de emprego nas atividades de serviço acabam configurando rigidezes semelhantes às da indústria. Da mesma forma, atividades de natureza monopólica, em que a organização do trabalho é altamente institucionalizada, como é o caso das atividades de comunicação e de transportes, também apresentam condições bastante rígidas de oferta de trabalho. Portanto, a flexibilidade do emprego, característica nas atividades de serviços, deve ser relativizada, de acordo com a natureza da estrutura de mercado (se mais ou menos monopólica, ou não monopólica) e com a regulação do mercado de trabalho (se mais ou menos rígida).

inauguradas a partir da década de 50, definidas pela automação baseada na microeletrônica e o sistema de telecomunicação digital, não são exclusivas do setor de serviço. Ou seja, os seus impactos não se restringem única e exclusivamente ao setor de serviços. A mistura de voz e dados tende a promover grandes mudanças no nível de produtividade, na localização e na organização do trabalho, considerando que são tecnologias que não só reduzem a necessidade de utilização de mão-de-obra, como também proporcionam um alto grau de flexibilização do processo produtivo, permitindo a diversificação dos produtos e a ampliação/internacionalização dos mercados. São inovações, portanto, que podem resultar num novo modo de organização da produção, onde as economias de escala e a produção de produtos padronizados são substituídas pelas economias de escopo e pela produção flexível e diversificada. Neste sentido, atingem todos os setores da economia, modernos ou tradicionais, de indústria ou de serviço.

Na visão de Cohen e Zisman, o processo de desenvolvimento econômico não pode ser abordado como uma sequência de estágios de sucessões setoriais, da agricultura para a indústria e da indústria para serviços. Trata-se de um processo de expansão e adensamento das relações inter-setoriais, promovido por uma divisão do trabalho cada vez mais ampla e extensa¹⁷. Neste processo, a indústria desempenha um papel fundamental, pois, segundo os autores, é através do controle do processo produtivo, que se garante a geração contínua de inovações. Os mecanismos de alimentação da inovação e do desenvolvimento, na agricultura, na indústria ou no setor de serviços, consistem essencialmente das interações proporcionadas pelo domínio e controle da produção. Quando os “elos” necessários para o processo de inovação e difusão tecnológica são desfeitos, por exemplo, através da migração da produção de equipamentos para outros países, os serviços relacionados, como os serviços de engenharia e P&D, também se reduzem¹⁸.

Portanto, sob uma perspectiva neoschumpeteriana de análise do processo de inovação e difusão tecnológica, desenvolver competências e novas tecnologias é a chave para o desenvolvimento econômico e não o mito da economia pós-industrial. O avanço econômico não se realiza sobre um único setor, pois é através das interações inter e intra-setoriais que se processa o avanço tecnológico, permitindo obter ganhos de produtividade e a expansão ou criação de novos mercados. Sob esta

¹⁷ A visão “setorialista” do processo de desenvolvimento econômico é, segundo os autores, resultado da utilização de categorias estatísticas e contábeis como categorias analíticas, pois as estatísticas camuflam as inter-relações setoriais estabelecidas entre serviço, agropecuária e indústria. Não se pode tratar da dinâmica econômica separando, ou ocultando, as interdependências setoriais, pois é através destas interações que se dá o avanço tecnológico e, por conseguinte, o crescimento econômico em todos os setores. A agricultura, por exemplo, tem sido um dos setores com os maiores ganhos de produtividade nas últimas décadas, contrariando a idéia de uma economia “moderna”, dominada pela indústria e pelos serviços.

¹⁸ Este é o caso, em particular, dos serviços relacionados às indústrias siderúrgica, automobilística e petroquímica dos Estados Unidos (Cohen, S. & Zisman, J., 1987 p. 38).

perspectiva, o setor de serviços não é e, não pode ser, um substituto ou sucessor da indústria: grande parte de seu crescimento está diretamente ligada à indústria¹⁹.

4. Uma proposta de interpretação

As diferenças de interpretação entre os autores de viés pós-industrialista e autores de viés industrialista refletem perspectivas teóricas e analíticas fundamentalmente distintas. Em geral, verifica-se que os autores de perspectiva industrialista estão fortemente inspirados na visão de Smith (1776) ou de Marx (1867) a respeito do processo de desenvolvimento econômico e, mais especificamente, do processo de valorização do capital. Tanto Marx quanto Smith estão presos a uma lógica material e industrial do processo de valorização do capital, onde os serviços são desprovidos de relevância econômica, seja porque são intangíveis e, portanto, incapazes de se reproduzir e acumular riqueza ou porque não estão relacionados diretamente ao processo de valorização do capital industrial²⁰.

Os autores de perspectiva pós-industrialista, por sua vez, partem da premissa de que a economia pós-industrial é a síntese de uma total reformulação das relações sociais de produção, troca e circulação e, por conseguinte, do próprio processo de valorização do capital. Neste contexto, os autores propõem que se adote uma perspectiva teórica e analítica fundamentalmente diferente da aplicada na economia industrial. Em primeiro lugar, o conteúdo das relações de produção e troca (conhecimento e informação) é essencialmente intangível e de uso coletivo, o que dificulta a sua apropriação. Neste sentido, o processo de apropriação do produto do trabalho ou mesmo dos meios de produção, se dá em moldes distintos do que ocorre no processo de produção industrial. O automatismo, a subordinação e as relações de conflito da economia industrial cedem lugar a relações personalizadas, baseadas no diálogo e no acordo. Em segundo lugar, por estar baseado no conhecimento e na informação, a lógica de definição do valor de um serviço é a da qualidade e não a da quantidade; ou seja, não segue a lógica de avaliação e quantificação em bases materiais. Não é possível avaliar quantitativamente a indivisibilidade intrínseca do conhecimento. E, em terceiro lugar, através da agregação e difusão de conhecimento, os serviços desempenham um papel complementar em todo processo produtivo. Neste sentido, os critérios de definição da produtividade e da eficiência dos serviços também são distintos. O desempenho de um serviço precisa ser avaliado, principalmente a partir do seu papel complementar na

¹⁹ Cohen, S. & Zisman, J., 1987, p. 10 e 11.

²⁰ Na visão de Marx, os únicos serviços considerados relevantes do ponto de vista econômico são os serviços de comunicação e transporte, pois contribuem no processo de valorização do capital industrial. Ao tornarem o produto acessível para o consumo, os serviços de transporte contribuem no processo de agregação de valor de uso do produto e permitem a realização da mais-valia, encerrando o ciclo de valorização do capital.

agregação de valor aos bens e produtos aos quais está relacionado; ou seja, a partir das externalidades geradas.

Tanto a visão industrialista como a pós-industrialista apresenta limitações. A primeira, de um lado, está presa ao referencial analítico da economia industrial, em que os condicionantes do processo de desenvolvimento econômico e a geração de riqueza nascem de bases essencialmente industriais, o que implica num papel passivo e secundário dos serviços na dinâmica econômica. A segunda, por outro lado, está presa a um referencial definido por condicionantes essencialmente intangíveis do processo produtivo, em que os serviços se distinguem pelo uso intensivo da informação e do conhecimento – o que significa que o setor de serviços é o principal responsável pelo avanço tecnológico e pelo processo de desenvolvimento econômico.

Os efeitos retroalimentadores ao longo das cadeias produtivas são de fundamental importância no processo de inovação e difusão tecnológica. Nenhum setor funciona de forma independente no sistema econômico, principalmente do ponto de vista do processo de inovação e difusão tecnológica. Neste sentido, as atividades terciárias tanto podem ser “induzidas”, quanto “indutoras” do desenvolvimento econômico (Kon, 2001)²¹. Dessa maneira, o setor de serviços nem é “estagnante”, como definido por Baumol (1967), nem é o “baluarte” do progresso técnico, como querem alguns autores pós-industrialistas.

Conforme apresentado em Meirelles (2003; 2006), serviço é única e exclusivamente trabalho, mais especificamente trabalho em processo. Esta definição abre espaço para uma ampla revisão do tratamento teórico e conceitual até agora dado ao setor. Em primeiro lugar, sendo trabalho em processo, o serviço pode estar baseado tanto em processos intensivos em recursos humanos (trabalho humano) como em processos intensivos em capital (trabalho mecânico). Sob esta perspectiva é possível compreender a evolução dos serviços na economia moderna, tendo em vista que o conteúdo de trabalho mecânico presente nos processos econômicos tende a se acentuar na medida do avanço tecnológico. Cada vez mais surgem novos mecanismos substantivados em novos “meios” ou novos ativos físicos que suportam a realização de trabalho. Ou seja, novos dispositivos de realização de trabalho que se combinam ao trabalho humano ou o substituem. Nesse sentido, as atividades de serviço não estão fadadas a serem estruturalmente atividades de baixa produtividade como é visto pelos autores de viés pós-industrialista, posto que serviço não é única e exclusivamente trabalho humano.

²¹ O efeito indutor das atividades de serviço é particularmente evidente no caso dos serviços de infra-estrutura. Conforme destaca Hirschman (1958), os investimentos em infra-estrutura geram efeito indutor dos investimentos em infra-estrutura na sua análise das particularidades dos condicionantes do desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos.

Em segundo lugar, de acordo com esta definição, serviço é trabalho em processo, é trabalho vivo, e não um trabalho “morto”, acumulado e objetivado num produto²². Nesse sentido, é possível distinguir serviço não só do produto ao qual está associado como também dos ativos e dos insumos utilizados no processo produtivo, dado que em última instância todos estes são trabalhos acumulados, i.e., são produtos de trabalhos realizados em outros processos produtivos. Ou seja, serviço só se caracteriza enquanto tal na medida em que há realização de trabalho, independente dos insumos utilizados, se tangíveis ou intangíveis, e dos meios de trabalho utilizados, se humanos ou mecânicos. Por isso mesmo, não se pode considerar serviço como um produto intangível, baseado em conhecimento puro, com alto conteúdo de expertise como querem os autores de viés pós-industrialista, pois o conhecimento é apenas um insumo utilizado no processo (Meirelles, 2003; 2006).

Em terceiro lugar, serviço é realização de trabalho, mas nem toda realização de trabalho é serviço, ou seja, não existe uma relação biunívoca entre serviço e trabalho. Em todas as etapas dos processos econômicos onde se realiza trabalho há um serviço em potencial, mas para que este potencial se realize é necessário que o processo de trabalho em questão seja uma atividade econômica autônoma, estruturada a partir de um arranjo contratual (formal ou informal), onde o propósito de sua constituição é a prestação de trabalho²³.

Conforme apresentado em Meirelles (2003; 2006), a prestação de serviço pode se dar em três níveis, distinguíveis de acordo com o processo econômico no qual o serviço se insere: nos processos de trabalho puro, nos processos de transformação e produção ou nos processos de troca e circulação. Os serviços puros consistem em realizar um trabalho único e exclusivo. O resultado do processo de trabalho é o próprio trabalho, não há necessariamente um produto resultante. São atividades baseadas, via de regra, no uso e transferência de habilidades e conhecimentos adquiridos, portanto, fundamentalmente intangíveis e interativas. Ou seja, o trabalho não tem uma representação material e a sua realização só se dá a partir da interação entre prestador e usuário. Pode se incluir neste grupo todas as atividades usualmente consideradas de serviço, como saúde, educação, pesquisa e desenvolvimento, lazer e entretenimento, dentre outras.

²² Conforme definido por Marx, produto é “trabalho objetivado”, transformado em valor de uso através da ação do trabalho humano mediante os meios de trabalho: “No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia na forma de mobilidade agora aparece como propriedade imóvel na forma do ser, do lado do produto. Ele ficou e o produto é um fio (Marx, K. 1867, vol I pg. 151)”.

²³ A prestação de serviços revela sua natureza contratual na própria etimologia da palavra. Etimologicamente, prestação corresponde à ação de satisfazer, do latim *praestatio*. Do ponto de vista jurídico, prestação é o ato pelo qual alguém cumpre a obrigação que lhe cabe, na forma estipulada no contrato (Meirelles, 2003; 2006).

Os serviços de transformação consistem em realizar o trabalho necessário à transformação de insumos e matérias-primas em novos produtos. São serviços onde a realização de trabalho se dá não só através de recursos humanos, mas também através de ativos tangíveis (máquinas e equipamentos). Neste grupo encontram-se os serviços de alimentação e serviços decorrentes da terceirização de etapas do processo de transformação em geral. Os serviços de troca e circulação, por sua vez, consistem em realizar o trabalho de troca e circulação, seja de pessoas, bens (tangíveis ou intangíveis), moeda, dentre outros. Fazem parte deste grupo os serviços bancários, serviços comerciais, serviços de armazenamento e transporte, serviços de comunicação, serviços de distribuição de energia elétrica, água, etc.

Estando potencialmente presentes em todas as etapas de realização de trabalho ao longo dos processos econômicos, as atividades de serviço não conformam uma categoria à parte, composta por atividades meramente de suporte às atividades de indústria, como defendido pelos autores de viés industrialista; ou uma categoria independente e alavancadora das demais atividades, como querem os autores pós-industrialistas. Os serviços são, na verdade, parte integrante dos processos de produção, troca e circulação. Mais importante ainda, representam a etapa fundamental no processo de agregação de valor que é a realização de trabalho, e, portanto, são em essência produtivos.

Por fim, vale lembrar que a noção de que as atividades de serviço funcionam como um “colchão amortecedor” em períodos de desemprego na indústria é falsa. Do ponto de vista conceitual aqui adotado, as atividades de serviço sempre estarão sujeitas às flutuações cíclicas da economia, pois serviço é trabalho em processo e, numa perspectiva keynesiana, o nível da demanda por trabalho sempre depende das flutuações das decisões de gasto, seja de consumo e ou de investimento. Alguns serviços, como os serviços puros, podem apresentar uma maior estabilidade diante das flutuações cíclicas da economia, tendo em vista que apresentam um ciclo de valorização mais curto, não assumindo a forma-mercadoria. Nestes casos, ocorre não só uma renovação mais rápida do ciclo de valorização, isto é, do processo de trabalho, como também a possibilidade de reduzir o risco de não realização da mais valia, em função da formação de estoques não planejados. Reside nesta dimensão a razão de porque as empresas têm buscado cada vez mais aumentar o componente de serviço, ou seja, o conteúdo de trabalho em seus produtos, pois é uma forma de prolongar o processo de valorização do capital e, assim, agregar ou aumentar valor ao ciclo produtivo.

5. CONCLUSÃO

Os serviços apresentam uma evidente evolução ao longo do último século, tanto em termos da sua participação no produto total, quanto na força de trabalho empregada. As diferenças de evolução do

setor, entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (ou em desenvolvimento), estão refletidas na composição interna do setor. Em geral, os serviços tradicionais, que empregam mão-de-obra menos qualificada e mal remunerada, ainda são responsáveis por grande parte da evolução do setor nos países subdesenvolvidos. Em contrapartida, nos países desenvolvidos, os serviços modernos, com um maior conteúdo tecnológico e uma mão-de-obra mais qualificada, tendem a ser preponderantes na composição do setor.

Estas diferenças se devem, sobretudo, ao fato de que o setor de serviços é bastante heterogêneo, agregando tanto atividades de alto conteúdo tecnológico, quanto atividades de baixa intensidade capital; estas últimas, absorvedoras de um grande contingente de mão-de-obra. Em contextos de relativo atraso econômico, ou de retração econômica, o setor funciona como um “absorvedor” de mão-de-obra dos demais setores da economia. Neste sentido, o setor apresenta uma participação significativa, tanto em situações de prosperidade econômica, como em situações de retração econômica.

Em função desta natureza “dual” de evolução do setor verificam-se distintas interpretações acerca do papel dos serviços no desenvolvimento econômico. De um lado, a visão industrialista defende que o processo de desenvolvimento econômico ainda é ditado pela dinâmica da indústria, sendo o setor de serviços um coadjuvante deste processo. E, de outro, a visão pós-industrialista enfatiza o papel ativo e indutor dos serviços no desenvolvimento econômico, principalmente através da capacidade de agregar conhecimento e promover a inovação tecnológica.

A proposta de abordagem teórica do setor de serviços aqui apresentada não está presa nem ao “materialismo econômico” dos industrialistas ou à visão “setorialista sequenciada” dos pós-industrialistas. Independentemente das formas particulares de manifestação dos serviços na economia, ou independentemente dos condicionantes históricos e sociais do fenômeno, a tese aqui defendida é que os serviços são parte ativa e importante do processo de desenvolvimento econômico.

Na perspectiva conceitual ampla e geral de serviço aqui proposta, os serviços podem estar baseados tanto em trabalho mecânico como humano, seja trabalho que estimula o desenvolvimento de novas tecnologias ou não, seja trabalho realizado por recursos humanos qualificados ou não. Sob esta perspectiva não é possível definir a priori uma dinâmica tecnológica específica ao setor de serviços. Em contraste ao argumentado pelos autores de viés pós-industrialista, as inovações no campo da microeletrônica e informática se aplicam às atividades econômicas em geral, inclusive as de serviço. Por um lado, não são inovações geradas endogenamente no setor de serviços; por outro, a utilidade dessas tecnologias não se limita exclusivamente ao setor de serviços.

Enfim, sob a perspectiva teórica aqui apresentada, serviço é constitutivo, real ou potencial, presente em todos os processos econômicos ao longo da evolução econômica, porque é realização de trabalho. Nesta perspectiva, os serviços não podem ser tratados como uma categoria econômica à parte, com uma dinâmica particular que os torne objeto de uma análise isolada, conforme tratado por grande parte dos autores de viés pós-industrialista. Por outro lado, serviço também não é trabalho indireto, cuja dinâmica está subordinada ao processo de produção industrial, conforme interpretado por alguns autores industrialistas. Serviço é trabalho “vivo”, é trabalho em processo. Se o serviço resulta ou não num produto tangível, se atende ou não o capital industrial, se está ou não baseado em relações sociais de produção de natureza essencialmente assimétrica e conflituosa, isto não é condição necessária para identificar se a atividade de serviço é ou não produtiva, ou seja, se ela é ou não relevante do ponto de vista da geração de valor na economia. Sendo trabalho em processo, os serviços são em essência geradores de valor. Se não há realização de trabalho, não há serviço e, portanto, não há geração de valor. É a realização de trabalho, que pode estar sob a forma de serviço ou não, que determina a dinâmica de qualquer setor, inclusive do próprio setor de serviço, e, portanto, a sua natureza produtiva.

Referências Bibliográficas

- BAUMOL, W.J. (1985) Productivity policy and the service sector. In: Inman R P (ed) *Managing the service economy*. Cambridge University Press, Cambridge: 301-17.
- BELL, D. (1973) *The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*. New York: Basic Books.
- BROWNING, H.C. & SINGELMANN (1978) “The transformation of the US Labour Force: the interaction of industry and occupation”. *Politics and Society*, 8 (7-4), 481-509.
- CLARK, C. (1940) *The conditions of economic progress*. Londres: Macmilan.
- COHEN, S. & ZYSMAN, J. (1987). *Manufacturing matters: the myth of the post-industrial economy*. New York: Basic Books.
- FISCHER, A. G. (1939) Production, primary, secondary and tertiary. *Economic Record*, June.
- GERSHUNY, J.I. & MILES, I.D. (1983), *The New Service Economy – The Transformation of Employment in Industrial Societies*. London: Frances Pinter.
- HIRSCHMANN, A.O. (1958) *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press.
- KON, A. (1999) “Sobre as atividades de serviço: revendo conceitos e tipologias”. São Paulo: *Revista de Economia Política*.

- ____ (2001) “Atividades Terciárias: Induzidas ou Indutoras do Desenvolvimento Econômico”. (mimeo). Paper apresentado no Seminário Raul Prebisch, IE-UFRJ (agosto de 2001).
- MARSHALL, A. (1890) *The principles of Economics*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Ed. Nova Cultural (1982).
- MARSHALL, J. N. & WOOD, P.A (1995) *Services & Space: Key Aspects of Urban and Regional Development*. Longman Scientific & Technical Publishers.
- MARSHALL, J. N. (1988) *Services and uneven development* Oxford: Oxford University Press.
- MARX, K. (1982) *O Capital*. Coleção Os Economistas, São Paulo: Ed. Nova Cultural.
- MEIRELLES, D. (2003) *O setor de serviços e os serviços de infra-estrutura econômica*, Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- _____ (2006) “O conceito de serviço”. São Paulo: *Revista de Economia Política*, vol. 26, nº 1, janeiro-março 2006.
- MELO, H.P., ROCHA, F., FERRAZ, G., DI SABBATO, A., DWECK, R. (1998) “O Setor Serviços no Brasil: uma visão global - 1985/95”. Texto para Discussão nº 549, IPEA, Rio de Janeiro.
- MILES, I. (1993) “Services in the new industrial economy”. *Futures*, July/August: 653-72.
- MILL, J.S. (1983) *Princípios de Economia Política*. Coleção Os Economistas, São Paulo: Abril Cultural.
- NAPOLEONI, C. (1977) *O Valor na Ciência Econômica*. Ed. Presença/Martins Fontes.
- NUSBAUMER, J. (1984) *Les services: nouvelle donne de l'économie*. Paris: Economica.
- SAY, J.B. (1983) *Tratado de Economia Política*. Coleção Os Economistas, São Paulo: Abril Cultural.
- SMITH, A. (1999) *Riqueza das Nações*. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- THOMAS, G.B. (1967), *Manpower Problems in the Service Sector*. International Seminars 1966-2, Paris, OECD
- WALKER, R. (1985) “Is there a service economy?” *Science and Society*. 49: 42-83.
- WALRAS, L. (1982) *Elementos de Economia Política Pura*. Coleção Os Economistas, São Paulo: Ed. Nova Cultural.